

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.301 - BA (2019/0122255-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : **HELIO BANDEIRA NEVES**  
**ADVOGADO** : **LÚCIO MOURA SARNO - BA016365**  
**AGRAVADO** : **CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
**ADVOGADO** : **TICIANO BOAVENTURA FERREIRA - BA024014**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

*"DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA EXTRA PETITA. CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE FAZER NÃO PLEITEADA NA PETIÇÃO INICIAL. NULIDADE DECRETADA DE OFÍCIO. APELO PREJUDICADO. APRECIÇÃO DO MÉRITO DA AÇÃO PELO TRIBUNAL. POSSIBILIDADE. ART. 515, §§ 3º E 4º DO CPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PLANO DE SAÚDE. EXAME DE ANGIOTOMOGRAFIA DAS CORONÁRIAS. COBERTURA NEGADA. PROCEDIMENTO REALIZADO POR PLANO DE SAÚDE DIVERSO. AUSÊNCIA DE DANO MORAL. DEVER DE REEMBOLSO. INEXISTÊNCIA. DESPESA SUPOSTADA POR TERCEIRO. PAGAMENTO DE DESPESAS ALHEIAS AO PROCEDIMENTO DE ANGIOTOMOGRAFIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO PERANTE O FORNECEDOR. SENTENÇA ANULADA. APELO PREJUDICADO. AÇÃO IMPROCEDENTE.*

*É nula de pleno direito a sentença extra petita, que condena em obrigação de fazer o réu de demanda indenizatória, destoando por completo do pedido inicial de condenação em danos morais e materiais por denegação de cobertura para realização de exame de angiotomografia.*

*Restando prejudicada a apelação, que ataca os fundamentos da sentença nula, e estando a causa madura para julgamento, cabe ao Tribunal apreciar o mérito do pedido deduzido na petição inicial, conforme interpretação combinada dos §§ 3º e 4º do artigo 515/CPC.*

*Não há dano moral se, após a negativa de cobertura do seguro-saúde para a realização de angiotomografia, o procedimento foi realizado mediante autorização de outro plano de saúde da*

*titularidade do segurado.*

*Indevida a indenização por dano material não suportado pelo segurado, e sim por outra seguradora.*

*Ademais, não há que falar em restituição de despesas decorrentes de procedimentos médicos diversos daquele narrado na petição inicial, com cobertura oferecida pelo seguro, mas não solicitada pelo segurado.*

*Ação julgada improcedente." (e-STJ, fls. 310/311)*

Opostos dois recursos de embargos de declaração, ambos foram rejeitados (e-STJ, fls. 461/474 e 497/508).

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegam violação ao art. 515, §3º do Código de Processo Civil de 1973 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que o Tribunal de origem não poderia ter aplicado a teoria da causa madura no presente caso, pois esta somente tem cabimento nos casos de sentença sem resolução de mérito, que seja exclusivamente de direito e esteja em condições de imediato julgamento.

É o relatório. Passo a decidir.

Com relação à suposta violação ao art. 515, §3º do CPC/73, o Tribunal de origem afirmou que a sentença seria nula por não guardar relação com os pedidos exordiais, sendo possível a apreciação do mérito da demanda, *in verbis*:

*"Observa-se dos autos que o dispositivo da sentença não guarda relação com os pedidos formulados na petição inicial, fenômeno que acarreta em nulidade do ato jurisdicional.*

*(...)*

*Observa-se, pois, a nulidade absoluta em que incorreu a sentença, cujo pronunciamento, que possui aptidão para fazer coisa julgada entre as partes, não guardou qualquer relação com o pedido formulado na petição inicial.*

*Neste sentido, anulada a sentença, resta prejudicada a apreciação das razões de apelação, porque atacam apenas o mérito do equivocado pronunciamento da sentença.*

*Cumpre aduzir, porém, que a causa encontra-se madura para julgamento, cabendo a este Tribunal apreciar o mérito do pedido deduzido na petição inicial, conforme interpretação combinada dos §§ 3º e 4º do artigo 515/CPC." (e-STJ, fls. 313/314)*

Inicialmente, tem-se que a Corte de origem, em virtude do efeito devolutivo amplo, conheceu da matéria impugnada nas razões de apelação, de modo que inexistia vício

no julgamento do processo de origem com base nos elementos probatórios já colhidos e entendidos como suficientes, como juntada de comprovantes de gastos com procedimentos, contrato de prestação de planos de saúde firmado entre as partes e documentos relacionados com autorização de procedimentos médicos (e-STJ, fl. 316).

Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DEVOLUÇÃO RECURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. INDICAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO. ENCARGO DA PARTE INTERESSADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO.*

*1. Em decorrência do efeito devolutivo, o tribunal, ao conhecer da matéria impugnada, pode adotar o enquadramento jurídico que entender de direito à solução da lide, não se encontrando limitado nem pelos fundamentos jurídicos adotados na sentença, nem pelos suscitados pelas partes.*

*2. A Corte de origem asseverou que não houve o cerceamento de defesa alegado, mormente por ter sido oportunizada a indicação de assistente técnico. Não obstante, a parte recorrente pretendeu que o referido ônus fosse suprido pelo magistrado, por litigar sob o benefício da justiça gratuita, situação incompatível com tal nomeação, consubstanciada em encargo do interessado.*

*3. Não se pode confundir a nomeação de perito com a nomeação de assistente técnico. Enquanto o perito é nomeado pelo magistrado, para agir de forma imparcial no processo, o assistente técnico é profissional de confiança das partes, contratado para atuar em prol dos interesses do contratante.*

*4. Ademais, mesmo com a ausência da participação de assistente técnico, não se comprovou, na hipótese, o efetivo prejuízo, máxime ante a participação imparcial de perito técnico judicial, que atestou a ausência de culpabilidade dos réus, observando, no laudo, inclusive, os quesitos apresentados pelos recorrentes.*

*5. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no REsp 1254838/MS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017)*

Ademais, a decisão ora recorrida está em consonância com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que sendo prescindível instrução probatória e havendo vício de procedimento na sentença meritória, é possível o

juízo de mérito pelo Tribunal.

Nesse mesmo sentido:

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR C/C PEDIDO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 515, § 3º, DO CPC. INOCORRÊNCIA. NULIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA À LEI. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAL E ESTATUTÁRIO. DESCABIMENTO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.*

*1. "Não viola o § 3º do art. 515 do CPC o julgamento do mérito da demanda pelo Tribunal, estando a causa madura e tendo sido anulada a sentença meritória por error in procedendo, sobretudo quando a parte, na apelação, tenha também se insurgido contra questão de mérito, devolvendo-a ao Tribunal" (AgInt no AREsp 926.399/MG, 3ª Turma, DJe de 26/08/2016).*

*2. Sem a demonstração de efetivo prejuízo, não se decreta a nulidade de ato processual, mesmo em se tratando de nulidade tida por absoluta.*

*3. O recurso especial não pode ser conhecido quando a alegação de ofensa à lei for genérica.*

*4. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88. 5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 6. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.*

*7. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no REsp 1392183/ES, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL. CAUSA MADURA.*

*1. A comprovação da tempestividade do agravo em recurso especial em decorrência de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem pode ser feita posteriormente, em agravo*

*regimental, desde que por meio de documento idôneo capaz de evidenciar a prorrogação do prazo do recurso cujo conhecimento pelo STJ é pretendido.*

**2. Não viola o § 3º do art. 515 do CPC o julgamento do mérito da demanda pelo Tribunal, estando a causa madura e tendo sido anulada a sentença meritória por error in procedendo, sobretudo quando a parte, na apelação, tenha também se insurgido contra questão de mérito, devolvendo-a ao Tribunal.**

**3. É inviável, em recurso especial, reexaminar o conjunto fático-probatório para afastar as premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias. Incidência da Súmula n. 7/STJ.**

**4. Agravo interno desprovido."**

**(AgInt no AREsp 926.399/MG, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 26/08/2016)**

**"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SUPERADA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA DE DIREITO. EXEGESE DO ART. 515, CAPUT, CPC/1973. PRECEDENTES DO TRIBUNAL E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. LEI N. 10.352/2001. INTRODUÇÃO DO § 3º DO ART. 515. EMBARGOS REJEITADOS.**

**1. O Tribunal pode no julgamento da apelação, após a cassação da sentença, analisar as matérias de direito referentes ao mérito desde que não dependam de dilação probatória e que estejam aptas ao julgamento.**

**2. Agravo interno não provido.**

**(AgInt nos EDcl no REsp 1728088/GO, Rel. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 03/10/2018)**

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. SENTENÇA DE MÉRITO DECOTADA. CAUSA MADURA. APLICAÇÃO DO ART. 515, § 3º, DO CPC. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.**

**1. A despeito de ter havido decisão de mérito na sentença, sendo esta decotada na parte extra petita, a interpretação extensiva do § 3.º do art. 515 do Código de Processo Civil autoriza o Tribunal local adentrar na análise do mérito da apelação, mormente quando se tratar de matéria exclusivamente de direito, ou seja, quando o quadro fático-probatório estiver devidamente**

*delineando, prescindindo de complementação, tal como ocorreu na espécie. Precedentes.*

*2. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no REsp 1194018/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 14/05/2013)*

*"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CARACTERIZADA. SERVIDORES PÚBLICOS. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL 6.697/1994 DECLARADA PELO PLENÁRIO DO STF NA ADI 1.241/RN. EFICÁCIA ERGA OMNES E EFEITO VINCULANTE. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. CAUSA MADURA. APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 3º, DO CPC/2015. OFENSA AO PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual contra Marta Maria Lopes Freire e outros, após instauração e instrução de inquérito civil, onde se constatou a ilegalidade na efetivação dos demandados como servidores públicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que ingressaram no serviço público após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, por intermédio da Lei Estadual 6.697/1994.*

*2. O Tribunal a quo afastou a prescrição reconhecida na sentença recorrida, e passou ao exame do mérito da causa, nos termos do artigo 1.013, § 3º, do CPC/2015.*

*3. Deve ser rejeitada a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015 na medida em que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu acórdão. 4. Quanto ao afastamento da prescrição, agiu acertadamente a Corte de origem, pois a jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que, nas hipóteses em que o Ministério Público busca, em juízo, providências cabíveis para proteger o princípio constitucional do concurso público, não incidem os institutos da prescrição e decadência, tendo em vista que o decurso do tempo não tem o condão de convalidar atos de provimento efetivo em cargos públicos de pessoas que não foram previamente aprovadas em concurso público, sendo a situação flagrantemente inconstitucional.*

*5. Em relação à alegada violação ao art. 515, § 3º, do CPC/1973*

(art. 1.013, § 3º, do CPC/2015), consigna-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do STJ, cuja orientação segue no sentido de que, versando a questão controvertida apenas sobre matéria de direito, o magistrado poderá julgar de imediato a lide.

**6. Salienta-se que a aplicação do instituto da causa madura não fica obstada, mesmo na hipótese em que tenha sido extinto o processo com julgamento de mérito, em face do reconhecimento da decadência ou da prescrição pelo juízo primevo.**

7. Assim, afastada a decadência ou a prescrição pelo órgão julgante ad quem, estando o feito devidamente instruído e sendo a causa exclusivamente de direito, a princípio, não há impedimento para a aplicação do art. 515, § 3º, do CPC/1973 (art. 1.013, § 3º, do CPC/2015).

8. Quanto à alegada ofensa ao princípio da não surpresa, o Tribunal a quo registrou: "Com efeito, não verifico a existência de ofensa ao princípio da não surpresa, pois o tema central discutido e debatido na Apelação (ausência de prescrição para questionar efetivações de servidores sem prévio concurso público) foi suscitado no Recurso do Ministério Público (ver fls. 494/495, 496/498), com pedido expresso (fl. 503) e foi até mesmo alvo de destaque nas contrarrazões dos Apelados - vide fl. 513" (fl. 660, e-STJ).

9. Nesse contexto, eventual revisão da conclusão a que chegou a Corte local demanda reexame de matéria fática, inviável em Recurso Especial (Súmula 7/STJ).

10. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1758078/RN, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 27/11/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator